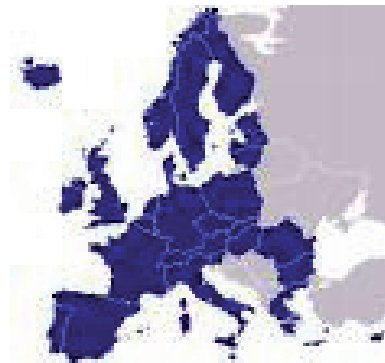




Aprovação de Relatório de Carlos Coelho permite Alargamento do Espaço Schengen

A aprovação do **Relatório de Carlos Coelho** sobre a **avaliação dos 9 Estados-Membros** que irão aderir ao **Espaço Schengen** permitiu o que se celebrasse o **levantamento de fronteiras** ainda durante a **Presidência Portuguesa da União Europeia**.



desenvolvimento na pág.3

Falar Português

Frequentemente tem sido referido que **o português é a língua das decisões na Europa**.

Com o Presidente **Barroso** e o Presidente **Sócrates** (um na Comissão e o outro no Conselho) o diálogo em português converteu-se em decisões úteis e importantes.

No final da crise institucional com a **aprovação do Tratado de Lisboa**, na solução encontrada para a viabilização do **estratégico programa GALILEU**, no **histórico alargamento do Espaço Schengen**, na realização da **Cimeira com o Brasil** e da **Cimeira UE-África**, na conclusão de importantes dossiers legislativos que se arrastavam, a Presidência portuguesa esteve bem.

Como estiveram bem a **REPER** (a nossa embaixada junto da UE) e o nosso **Embaixador Mendonça e Moura**.

Desde a Presidência de **Cavaco Silva** com o Ministro dos Negócios Estrangeiros **João de Deus Pinheiro**, em 1992, que Portugal tinha boa reputação na condução dos assuntos comunitários.

Uma vez mais se provou que, em Bruxelas, **falar português** é um bom caminho para **decidir bem**.

Carlos Coelho

Emissões de CO2 na Aviação

Duarte Freitas e **Sérgio Marques** garantem regime especial para a Madeira e Açores

desenvolvimento na pág. 2

Deputados do PSD na Venezuela

Silva Peneda e **Sérgio Marques** observam Referendo Constitucional

desenvolvimento na pág. 4

Em 2008: uma Nova “Carta da Europa”

Mais moderna, mais rica,
Melhor informação

desenvolvimento na pág. 8



Duarte Freitas e Sérgio Marques voltam a “*marcar pontos*” agora no Plenário

Parlamento Europeu garante regime especial para RUP’s nas taxas da aviação por proposta do PSD



O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à **Directiva de Comércio de Emissões que visa incluir o sector da aviação no comércio de Emissões de Carbono**.

Este relatório criou grande polémica dentro do próprio Parlamento Europeu e a nível internacional pelas suas implicações para o sector da aviação a nível global, uma vez que passam a ser incluídos, não só os voos europeus, como também os voos intercontinentais com destino ou partida no espaço da UE.

Os **Deputados do PSD Duarte Freitas**, que integra a Comissão de Ambiente do PE, e **Sérgio Marques**, ambos provenientes de Regiões Ultra-Periféricas (Açores e Madeira, respectivamente) **cientes do previsível aumento dos custos do transporte aéreo, desde cedo se empenharam em criar uma excepção para as RUP’s, fortemente dependentes das suas ligações aéreas.**

No entanto a maioria dos países que não têm RUP’s não foram, de início, sensíveis a este regime de excepção.

Após **forte negociação, os Deputados portugueses do PSD**, que entretanto garantiram o apoio dos Deputados irlandeses, italianos, espanhóis e franceses da sua família política europeia (PPE-DE), **conseguiram garantir um compromisso que segundo Duarte Freitas prevê a “utilização de parte, a decidir por cada Estado-Membro, das receitas provenientes dos leilões de direitos de emissão deverá ser destinada a compensar os efeitos negativos do aumento dos preços na acessibilidade a regiões isoladas ou remotas.”**

Os deputados do PSD, em conjunto com os restantes deputados provenientes RUPs, conseguiram ainda aprovar que **“o carácter específico das RUPs será tido em conta quando for definida a quantidade de licenças de emissão de que disporá cada Estado-Membro”** como referiu Sérgio Marques.

Este regime de excepção, proposto pelos **Deputados do PSD**, e que **segundo o próprio Ministro português do Ambiente Nunes Correia parecia impossível** em Junho deste ano, **está agora confirmado pelo Parlamento Europeu** que votou em co-decisão esta matéria.

O Conselho terá agora de chegar a um acordo igual ao obtido no Parlamento Europeu, **“cabendo agora ao Governo português garantir que esta proposta do Parlamento Europeu seja respeitada e incluída na decisão final”** afirmou **Sérgio Marques**. Por seu lado **Duarte Freitas** que integra também a Comissão Temporária para as Alterações Climáticas, reforçou esta ideia embrando que **“o trabalho de base está feito, mas agora é muito importante o empenho do Governo português ao nível da decisão no Conselho onde o lobby internacional se faz sentir com mais força”**.

Esta proposta teve bastantes outros pontos quentes, que uniram de um lado as organizações ambientalistas e do outro as companhias aéreas. O resultado da votação representa um misto entre as duas posições.

Entretanto, **o Governo Regional dos Açores, pela voz do seu Vice-Presidente Vasco Cordeiro, veio publicamente reconhecer a importância deste acordo obtido por Duarte Freitas e Sérgio Marques**, colocando toda a pressão sobre o Governo de José Sócrates para conseguir manter esta excepção nas negociações ao nível do Conselho e contrariando assim as declarações do Deputado socialista Paulo Casaca que quando confrontado com o sucesso deste trabalho dos Deputados do PSD rapidamente resolveu desvalorizá-lo.

“cabe agora ao Governo de Sócrates conseguir manter a vitória que o PSD obteve no Parlamento Europeu, quando o Ministro do Ambiente dizia ser impossível”

Para o PSD não há impossíveis !

Mais nove Estados-Membros sem fronteiras internas

PE aprova Relatório de Carlos Coelho que permite alargamento do Espaço Schengen



O Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria o Relatório do Deputado Carlos Coelho sobre o alargamento do Espaço Schengen a 9 Estados-Membros.

O Espaço Schengen permite que os cidadãos se movimentem livremente dentro do respectivo território. Os controlos terrestres e marítimos nos novos membros Schengen devem ser abolidos até 21 de Dezembro e as restrições impostas nas fronteiras aéreas até ao final de Março de 2008. Neste sentido, os cidadãos deixarão de ter que apresentar os passaportes quando atravessam fronteiras entre Estados-Membros pertencentes ao espaço Schengen.

No debate que antecedeu a votação e no qual participou o Secretário de Estado da Administração Interna, José Magalhães, Carlos Coelho afirmou que **“o Espaço Schengen é um dos maiores sucessos na História da integração europeia e a expressão mais conseguida da liberdade de circulação com a abolição das fronteiras internas e a adopção de várias medidas compensatórias como o reforço dos controlos nas fronteiras externas, a cooperação policial, aduaneira e judicial e a criação**

do Sistema de Informação de Schengen.”

Schengen (tal como a UE) foi crescendo. Já não são apenas os 5 Estados Membros fundadores, abrange hoje todos os países dos antigos 15 (com excepção da Irlanda e do Reino Unido que participam apenas parcialmente) e integra dois países não comunitários: a Islândia e a Noruega.

“o Espaço Schengen é um dos maiores sucessos na História da integração europeia”

Para Carlos Coelho estamos, pois, perante *um acontecimento histórico: o maior alargamento na História de Schengen, com o levantamento, em simultâneo, das fronteiras internas com 9 novos Estados Membros”*

Para Carlos Coelho a ausência de fronteiras internas não obriga apenas a **“um melhor controlo das fronteiras externas e a uma boa transmissão de informações e dados através do SIS.”** É, sobretudo, um exercício de **“confiança recíproca em que todos têm de pautar por um rigoroso cumprimento das normas aprovadas.”** Assegurar o bom controlo nas nossas fronteiras é **“zelar pela segurança de todos os cidadãos europeus”** afirmou Carlos Coelho.

Com efeito, a segurança do espaço Schengen depende do rigor e da eficácia que cada Estado Membro coloca no controlo das suas fronteiras externas e também da qualidade e rapidez do intercâmbio de informações através do SIS. A fragilidade ou o funcionamento inadequado de qualquer destes elementos coloca em risco a segurança da União. Por isso o Relator salienta que *“urge resolver os pequenos problemas que subsistem. Eles não são de molde a impedir o levantamento de fronteiras internas mas têm de ser resolvidos.”*

Por essa a razão o Parlamento Europeu aprovou por proposta de Carlos Coelho, aprovar uma Resolução política subscrita por 5 Grupos Políticos a pedir para ser informado com pormenor no prazo de 6 meses relativamente aos pormenores ainda pendentes e a defender que se faça, dentro de dois anos, uma avaliação global do funcionamento do Espaço Schengen envolvendo todos



os Estados-Membros (novos e antigos).

Carlos Coelho agradeceu ainda à Presidência em exercício o seu **“empenho e o seu espírito de colaboração”** em especial ao governo português e particularmente **“ao Secretário de Estado José Magalhães” a solução que constituiu o SISone4all que viabilizou a conexão destes nove Estados aos SIS.”** Coelho lembrou que **“a não ter sido assim, face ao atraso do SIS-II, não teria sido possível alargarmos o Espaço Schengen este ano.”**



Monumento ao Espaço Schengen

Proposta do populista Hugo Chávez derrotada pelo povo

Eurodeputados do PSD estiveram na Venezuela para acompanhar referendo à constituição



Sérgio Marques aproveitou a oportunidade para estabelecer também contactos com a comunidade madeirense na Venezuela.

Comentando as primeiras incidências **Sérgio Marques** referiu que *“no início chegou a haver alguma confusão: é que as autoridades eleitorais venezuelanas tentaram condicionar os movimentos da missão de observação do Partido Popular Europeu”*

Os Deputados do PSD ao Parlamento Europeu, José Silva Peneda e Sérgio Marques estiveram em Caracas, capital da Venezuela, integrados numa **Delegação de 5 Deputados do Partido Popular Europeu (PPE) para acompanhar a situação política** neste país no contexto do referendo ao projecto de **Constituição venezuelana proposto pelo Presidente Hugo Chavez**. Os Deputados do PPE exerceram também uma **função de observação eleitoral do acto referendário, enquanto observadores internacionais**.

A preceder a observação eleitoral que teve lugar a 2 de Dezembro, mantiveram encontros com os Embaixadores dos países da UE em Caracas, com o representante do Partido Primero Justicia Julio Borges, com o Presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) Tibisay Lucena, com o Cardeal de Caracas Jorge Hunosa, com a Presidente da Assembleia Nacional Cilia Flores, com Carlos Genatios da ONG Ojo Electoral, com a Associação de jovens jornalistas, com a Associação de Estudantes da Venezuela e com o Comando da Resistência.



“Às 20h percebemos que o ‘não’ ia ganhar, mas as autoridades demoraram até à 1h da manhã para divulgar os resultados. Mas tudo acabou bem.”

pois o Conselho Eleitoral quis impor a mesas e secções de voto a visitar. **«Queriam impor-nos rotas pré-estabelecidas, coisa que nós não aceitávamos, em termos de missão eleitoral»**, disse o eurodeputado.



Segundo **Sérgio Marques**, a situação acabou por ser ultrapassada, com os observadores a terem, depois, toda a liberdade para circular pelas mesas que entenderam.

José Silva Peneda por seu lado teve uma surpresa à chegada a Caracas. Na acreditação, o convidado do Partido Popular Europeu para acompanhar o referendo constitucional venezuelano recebeu um crachá que o identificava com o lado por **el no.**, o lado do Não ao referendo.

Silva Peneda estranhou até porque os restantes colegas Deputados **“tinham crachás normais e por isso reclamei”**. Depois deste incidente, foi acreditado não como observador, mas como **“acompanhante internacional”**. Mas as tentativas de limitação não serviram de nada: pois o nosso Deputado já estivera no país para as eleições de 2005 e os conhecimentos que fez permitiram-lhe movimentar-se à vontade. Acompanhou os resultados na Ojo Electoral (Centro de sondagens), que faz sondagens à boca das urnas, e aí sim, houve tensão: **“Às 20h percebemos que o ‘não’ ia**

ganhar, mas as autoridades demoraram até à 1h da manhã para divulgar os resultados. Mas tudo acabou bem.”

Os dois Eurodeputados têm já uma enorme experiência em missões de observação eleitoral.

Sérgio Marques exerceu idênticas funções em nome do Parlamento Europeu em eleições anteriores na Colômbia e na Venezuela.

José Silva Peneda chefiou a Missão da União Europeia que se deslocou a Caracas para observar as eleições legislativas que tiveram lugar em Dezembro de 2005.

“as autoridades eleitorais venezuelanas tentaram condicionar os movimentos da missão de observação do Partido Popular Europeu”

Parlamento Europeu aprova Carta dos Direitos Fundamentais

Carlos Coelho critica Reino Unido e Polónia pelo *opt-out*

O Parlamento Europeu aprovou a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O Deputado Carlos Coelho saudou esta aprovação mas lamentou o facto de se tratar apenas de um anexo ao Tratado e criticou ainda duramente o Reino Unido e a Polónia pelo seu *opt-out* à Carta.

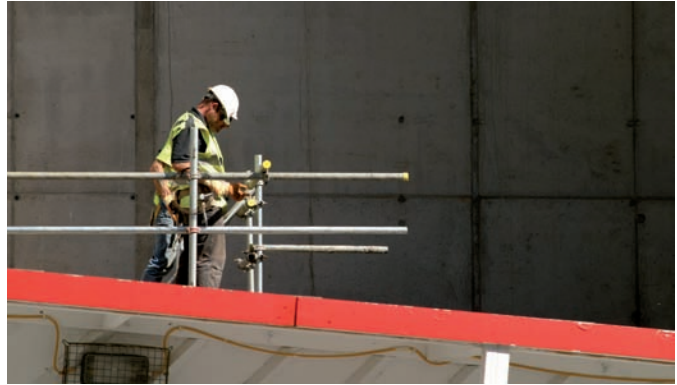
O Deputado Carlos Coelho recordou que “o Parlamento Europeu tinha vindo sistematicamente a requerer que seja conferida à Carta o estatuto de Direito primário, tomando-a assim um ponto de referência central para o Tribunal de Justiça e os Tribunais nacionais, dando-lhe um carácter juridicamente vinculativo” foi por isso com satisfação que o Deputado do PSD viu agora “essa confirmação”.

Carlos Coelho mostrou ainda o seu agrado “por o projecto de Tratado Reformador preservar a substância da Parte II do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.” No entanto o Deputado português lamentou que essa incorporação tenha sido feita na forma de “um anexo e não no próprio corpo do Tratado, como a sua dignidade justificava.”

Carlos Coelho criticou ainda o facto do Reino Unido e a Polónia terem exercido “um *opt-out* em matéria de direitos fundamentais, muito embora declarações recentes do novo governo Polaco pareçam indiciar uma postura diferente e bem mais conforme com o espírito comum.”

A Carta dos Direitos Fundamentais aprovada em Nice, em 2000, é uma síntese dos valores europeus comuns, com os quais todos os cidadãos se podem identificar. Esses valores resultam da rica herança cultural dos diferentes países da UE, das suas tradições constitucionais e regras jurídicas e caracterizam a União não apenas como uma construção económica mas como uma comunidade com valores comuns.

Silva Peneda defende partilha das melhores práticas na luta contra a exclusão social



O Deputado José Silva Peneda, Relator do Parlamento Europeu para o Modelo Social Europeu apoiou o Relatório sobre a “análise da realidade social” da Deputada Liz Lynne que foi aprovado pelo PE.

Segundo Silva Peneda, “A política social é, em larga medida, competência dos Estados Membros pelo que sou apologeta da **promoção do método aberto de coordenação bem como da partilha de melhores práticas com vista à luta contra a exclusão social.**”

Na sua opinião, “os **sistemas de segurança social devem assentar em princípios que motivem os seus beneficiários para a procura de oportunidades de emprego e que não favoreçam um incentivo perverso a qualquer forma de inactividade.**”

Para o Deputado do PSD o baixo nível educativo da população e as elevadas taxas de abandono escolar precoce “merecem uma reflexão aprofundada já que são os

“Há que inverter esta tendência e dotar os cidadãos das competências necessárias para um ingresso bem sucedido no mercado de trabalho”

indivíduos menos qualificados os mais vulneráveis a processos de exclusão social.”

Silva Peneda afirmou “**esta situação é particularmente preocupante no meu país, Portugal, onde em 2005, mais de 39% da população jovem (entre 18 e 24 anos) tinha completado apenas o ensino secundário inicial.**”

“Há que inverter esta tendência e dotar os cidadãos das competências necessárias para um ingresso bem sucedido no mercado de trabalho.”

“os sistemas de segurança social devem assentar em princípios que motivem os seus beneficiários para a procura de oportunidades de emprego e que não favoreçam um incentivo perverso a qualquer forma de inactividade.”

Comissão Europeia apresenta nova comunicação

Duarte Freitas preocupado com sobreexploração das espécies de profundidade



factores fazem delas espécies muito vulneráveis à “sobrepesca” e difíceis de recuperar.

O **Deputado Duarte Freitas**, membro efectivo da Comissão de Pescas do PE, considera que **“grande parte das pescarias de peixes de profundidade desenvolveu-se sem grande informação quanto aos cuidados a ter com estas espécies em matéria de gestão”**.

A este respeito o CIEM (Conselho Internacional de Exploração do Mar) considera que a maior parte das espécies de profundidade estão a ser exploradas fora dos limites biológicos de segurança, facto que preocupa o **Deputado do PSD**: **“Os estudos apresentados mostram que as medidas até hoje implementadas não**

foram, nem são suficientes, para manter estes recursos em níveis sustentáveis, pelo que é necessário agir atempadamente, antes que seja tarde.”

Na sua Comunicação a Comissão Europeia revela que a **redução da mortalidade por pesca destas espécies não é compatível ainda com a recuperação das unidades populacionais** em causa e refere que são necessárias outras iniciativas para evitar o colapso destas espécies.

Duarte Freitas referiu que **“A frota portuguesa beneficia neste momento de uma cota de pesca para cinco espécies de profundidade; tubarão, peixe-espada preto, imperador, goraz, olho de vidro laranja e abrótea, tendo estas pescarias um elevado interesse para o**

sector nacional.” Nesse sentido o **Eurodeputado considera que é necessário “avançar para um plano que permita a gestão sustentada destes recursos”** mas considera que é **“fundamental assegurar a estabilidade sócio-económica de algumas comunidades piscatórias para as quais estes recursos se revestem de extrema importância”**.

“No caso dos Açores as pescarias de profundidade atingem cerca de 70% do rendimento em valor do sector no arquipélago. Só a captura do goraz, em valor ultrapassa os 30%! Esta é uma questão de interesse muito particular para os Açores e portanto irá merecer a minha melhor atenção” referiu o **Eurodeputado açoriano**.

Eurodeputados unidos por uma causa comum

Carlos Coelho exige fim das “crianças-soldado”

ONU: existem hoje mais de 250 mil crianças soldados envolvidas em conflitos em todo o Mundo

O **Deputado Carlos Coelho** assinou uma Declaração Parlamentar sobre a **eliminação da utilização de crianças-soldados** que insta todos os países a ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, relativo à **participação de crianças em conflitos armados** e sobretudo a cumpri-lo.

Os Deputados pedem também aos Estados-Membros e à Comissão

Europeia que se **empenhem no apoio financeiro sustentável aos projectos existentes de desmilitarização, desarmamento e reintegração (DDR) e especialmente no apoio financeiro e técnico, a longo prazo, à reintegração eficaz das crianças** e que se criem medidas para que **as pessoas que recrutam crianças-soldados ou que conscientemente apoiam os que o fazem, sejam alvo de sanções específicas**.

As Nações Unidas calculam que existem hoje mais de **250.000 crianças activamente envolvidas em conflitos armados** em todo o mundo, sendo que também as raparigas estão cada vez mais a ser recrutadas para os conflitos armados, sendo particularmente vulneráveis e frequentemente vítimas de abuso sexual e violência,

A definição de crianças-soldados não é limitada a uma criança que possui armas, mas

inclui qualquer pessoa de idade inferior a 18 anos utilizada por uma força ou grupo armado, incluindo aqueles que são utilizados como cozinheiros, carregadores, mensageiros, espiões e para fins sexuais.

Muitas destas crianças são raptadas à força ou induzidas a lutar com recurso à violência e em alguns casos são recrutadas à força, sofrendo frequentemente traumas psicológicos duradouros e exclusão social, bem como danos físicos.



Em declaração parlamentar

Carlos Coelho defende maior controlo sobre armas de fogo



Sabia que segundo a Organização Mundial de Saúde a maior parte de mortes prematuras entre os 15 e 44 anos resultam da utilização de armas de fogo ?



O Parlamento Europeu aprovou o Relatório Kallenbach relativo ao **“Controlo da aquisição e da detenção de armas”**.

Carlos Coelho, apoiou as recomendações propostas e lembrou que **“o fabrico e tráficos ilícitos de armas de fogo, suas partes e componentes e munições têm consequências graves para a segurança de todos os habitantes da UE”** além de que a **“localização de armas de fogo se reveste da maior importância no âmbito da luta contra o crime organizado.”**

Para o **Deputado** que integra a Comissão das Liberdades Segurança e Justiça **“É fundamental criar as medidas necessárias para prevenir, combater e erradicar este tipo de criminalidade.”**

De acordo com dados da OMS a violência entre pessoas e o suicídio ocupam o 3º e o 4º lugar das principais causas de acidentes e morte prematura entre os 15 e os 44 anos de idade, sendo que a maior proporção resulta da utilização de armas de fogo.

Esta iniciativa visa, assim, adaptar a Directiva relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas, estabelecendo regras comuns que permitem que sejam efectuados controlos, nos Estados Membros, à aquisição e detenção de armas de fogo, bem como a sua transferência para outro Estado Membro.

Apesar da proposta da Comissão ser na generalidade positiva **Carlos Coelho** salienta

que esta se limita, porém, a **“incorporar os aspectos relacionados com o Protocolo da ONU de 2001. É importante que se tenham igualmente em conta as modificações que se afiguram necessárias com base no relatório da Comissão de 2000.”**

“localização de armas de fogo reveste-se da maior importância no âmbito da luta contra o crime organizado”

Decisão-Quadro sobre Racismo e Xenofobia

Comissão das liberdades cívicas segue a perspectiva de Assunção Esteves

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE por unanimidade, o parecer sobre a **“Decisão-Quadro relativa a certas formas e manifestações de racismo e xenofobia por via do direito penal”**. **Assunção Esteves** foi a relatora-sombra do PPE para este tema, e a relatora principal a deputada socialista Martine Roure.

Nas negociações que levaram à aprovação do parecer, **Assunção Esteves** recusou a tentativa da deputada francesa de incluir na **Decisão-Quadro a obrigação de os Estados membros criminalizarem o negacionismo**. Considerou que a apologia pública, a negação ou banalização grosseira de crimes

de genocídio, de guerra e de crimes contra a humanidade só deverá ser criminalizada quando **“esses comportamentos forem de natureza a incitar à violência ou ódio contra uma pessoa ou grupo de pessoas definidos pela sua raça, cor da pele, religião, ascendência, nacionalidade ou etnia”**. Foi este ponto de vista (também partilhado pelo Conselho da UE) que triunfou na comissão parlamentar, com o apoio dos liberais europeus.

Outras ideias relevantes, concretizadas nas propostas de emenda que apresentou e que foram também aprovadas,

são: a) é necessário **clarificar os campos da liberdade de expressão de pensamento** e determinar **qual é o limite em que essa liberdade põe em causa o direito de todos a uma igual consideração e respeito**; b) tornar circunstância agravante a **prática de um crime racista pelo titular de um cargo público**, acolhendo a proposta do deputado liberal alemão Alexandre Alvaro.

Finalmente, a deputada defendeu a rejeição de uma proposta da relatora que **permitia que os Estados membros conservassem eventuais direitos penais mais repressivos sobre os mesmos crimes**



previstos na Decisão-Quadro. **“É uma regra sagrada do direito penal”**, afirmou. **“Uma censura penal mais grave sobre um comportamento deve sempre ser substituída quando surge uma censura penal menos grave sobre o mesmo comportamento”**. Também este ponto de vista foi aprovado entre muitos outros propostos pela Deputada do PSD.

Nova Carta da Europa: mais moderna, mais rica....

Melhor informação

Até agora foi assim:



Como será em 2008:



A **Carta da Europa** tal como hoje a conhecemos vai sofrer profundas transformações já a partir do próximo número de Janeiro /Fevereiro.

As principais alterações terão lugar ao nível gráfico e de imagem. O estilo da escrita receberá também significativas evoluções que pretendem tornar a **Carta da Europa** mais atractiva e mais esclarecedora.

Sendo o seu principal objectivo **dar a conhecer o trabalho dos Eurodeputados do PSD** no Parlamento Europeu, a nossa "Carta" irá acentuar o seu **objectivo de divulgação e esclarecimento das mais recentes decisões europeias**.

Como já deve ter reparado nas últimas edições temos procurado dar a conhecer alguns dossiers sobre questões como o Ambiente, Energia, Fluxos financeiros, o Roaming entre outros temas relevantes que influenciam o dia a dia de cada um de nós cidadãos europeus. É nesse caminho que tentamos prosseguir e **aproximar cada vez mais Europa dos cidadãos europeus**. Mostrar a **Europa "útil"**.

Se preferir passar a **Carta da Europa no seu email em versão PDF**, contribuindo assim para a protecção do ambiente através da redução de consumo de papel e de emissões de carbono envie-nos um email para carlos.coelho@europarl.europa.eu ou para duarte.marques@europarl.europa.eu

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-arta mail:

Joao.Pinheiro@europarl.europa.eu

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

equmail:

Vasco.GracaMoura@europarl.europa.eu

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail:

Assuncao.Esteves@europarl.europa.eu

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

Jose.SilvaPeneda@europarl.europa.eu

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail:

Sergio.Marques@europarl.europa.eu

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail:

Duarte.Freitas@europarl.europa.eu

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail:

Carlos.Coelho@europarl.europa.eu



Boletim Informativo do Grupo da Delegação
do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: Duarte Marques

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa

